NENHUM ENVIADO EUROPEU PODE REPRESENTAR TODO O BLOCO PERANTE A RÚSSIA

*Por Andrew Korybko**



Imagem meramente ilustrativa, gerada por inteligência artificial.

Nenhum enviado europeu representa, de fato, um bloco dividido sobre a Rússia. O papel real de um "mandato europeu" é dar um verniz de legitimidade à coerção dos EUA sobre a OTAN, sobretudo a Polônia e os Bálticos, para que aceitem a arquitetura de segurança do pós-guerra.

Jared Kushner, enviado especial de Trump para a Rússia, declarou, após a retomada das negociações trilaterais sobre a Ucrânia em Abu Dhabi: "Se a Europa conseguisse definir uma única pessoa para falar em seu nome, isso seria uma conquista maior do que simplesmente fazer com que os russos a incluíssem na negociação." Anteriormente, ele havia se reunido separadamente com representantes da UE, França, Alemanha, Itália e Reino Unido, que viajaram até o local, mas não participaram das negociações trilaterais mediadas pelos EUA entre a Rússia e a Ucrânia.

Zelensky reforçou o apelo de Kushner, exigindo que a Europa nomeie um representante antes do fim do mês. Segundo ele: "Acredito que, em novembro, no máximo, precisamos definir quem representará a Europa nas negociações. Seria o ideal, pois essa pessoa receberia um mandato para negociar, um mandato conferido por toda a Europa, por toda esta coalizão." Contudo, por mais que ele espere que alguém receba tal mandato, é irrealista imaginar que um único enviado europeu possa representar, de fato, os interesses de todo o bloco em relação à Rússia.

Os diversos Estados que compõem o bloco estão profundamente divididos quanto à Rússia, tornando improvável um consenso sobre a arquitetura de segurança europeia do pós-guerra, tema que Kushner foi incumbido de negociar e cujos possíveis parâmetros foram detalhados aqui. Em particular, qualquer proposta que atenda, ainda que minimamente, às exigências de garantias de segurança feitas pela Rússia em dezembro de 2021, e que foram rejeitadas pelos EUA e pela OTAN na ocasião, enfrentaria a oposição da Polônia e dos Estados Bálticos.

A única forma de obter a adesão desses países seria por meio de uma "coerção criativa" por parte dos EUA, idealmente em conjunto com o restante da OTAN europeia (E-NATO). Vale ressaltar que a maioria dos membros desse grupo provavelmente também precisaria ser submetida a essa "coerção criativa" para que aceitassem, por fim, qualquer acordo firmado entre os EUA e a Rússia sobre essa questão. Por exemplo, um cenário possível seria a retirada militar mútua, tanto da OTAN quanto da Rússia, ao longo de sua fronteira compartilhada, o que também poderia incluir a fronteira entre a OTAN e a Bielorrússia, aliada da Rússia.

Assim, a participação de um representante europeu em quaisquer negociações entre a Rússia e os EUA que resultem em concessões na arquitetura de segurança europeia do pós-guerra serviria, na verdade, apenas para conferir uma legitimidade superficial à coerção exercida pelos EUA sobre os membros da OTAN para que aceitem tais termos. A Polônia e os Estados Bálticos, que veem a Rússia como uma ameaça existencial, independentemente da opinião de outros sobre o assunto, jamais concordariam voluntariamente com concessões na área de segurança militar. Eles só poderiam ser coagidos a aceitá-las.

Contudo, se um representante europeu nessas negociações (nas quais tais concessões são acordadas), se apresentasse (ou fosse apresentado por terceiros, ou ainda percebido) como detentor de um "mandato de toda a Europa", se tornaria relativamente mais fácil coagir esses países a acatar o que foi decidido. Isso ocorreria porque esse representante, e a entidade (provavelmente supranacional) que o designou para a função, passariam a retratar esses países como responsáveis por "dividir" a OTAN e "ameaçar o bloco a partir de dentro".

Embora isso, por si só, possa não ser suficiente para forçar a adesão deles, tal narrativa serviria para legitimar a coerção por parte de outros membros da OTAN (provavelmente do Ocidente), sem mencionar os próprios EUA. O argumento seria o de que tal concessão, como a retirada das forças da OTAN da fronteira com a Rússia e a Bielorrússia, caso estas também o façam, seria em prol de um "bem maior", o qual a Polônia e os Estados Bálticos estariam "obstruindo de forma egoísta". Nesse contexto, tal alegação seria, de fato, verdadeira, constituindo uma justificativa plausível para coagir esses países a aceitarem os termos.

***Andrew Korybko** é analista político americano radicado em Moscou, com doutorado pelo MGIMO, e especialista na transição sistêmica global para a multipolaridade. Ele acompanha de perto a relação entre a grande estratégia dos EUA na Afro-Eurásia, a Iniciativa Cinturão e Rota da China, os atos complementares de equilíbrio geoestratégico da Rússia e da Índia e a Guerra Híbrida. A guerra por procuração da OTAN contra a Rússia via Ucrânia e suas consequências globais têm sido seu foco, mas ele também cobre assuntos africanos e do sul da Ásia. De tempos em tempos, também analisa assuntos internos dos EUA, da Europa e da América Latina.*